

Plano e Orçamento para 2012

Intervenção final – Plenário de Novembro de 2011

Presidente do Grupo Parlamentar do PS Açores – Berto Messias

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,
Srs. Presidente do Governo,
Sras. e Srs. Membros do Governo,

Terminamos, agora, o debate na generalidade das propostas de Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores para o próximo ano.

Nesse âmbito, não posso deixar de realçar as excelentes intervenções e o óptimo trabalho dos deputados do Partido Socialista/Açores ao longo do debate, que mostraram mais uma vez grande competência e grande dedicação à nossa Terra.

É, por isso, um grande orgulho e uma honra enorme presidir a este Grupo Parlamentar.

Está a terminar um dos momentos anuais mais solenes desta Assembleia, tendo em conta que são definidos os instrumentos que vão reger os Açores no próximo ano, evidentemente, com

implicações directas na vida dos açorianos, das instituições e das empresas.

Este será, porventura, o mais importante Plano e Orçamento desta Legislatura. A conjuntura económica e social, agravada pela crise nacional e europeia que teima em manter-se, vai incidir fortemente na vida dos açorianos, a vários níveis.

Tendo em conta a conjuntura externa e a crise em que vivemos, 2012 será o ano da resistência.

Será o ano em que cada um de nós terá de dar o melhor que tem para ultrapassar o pior que aí vem.

No país, a recessão vai se agravar, gerando mais desemprego e situações de emergência social.

É neste enquadramento de grande dificuldade que a economia açoriana, que tem na economia nacional a sua referência, terá de se mover no próximo ano.

É neste contexto que o Plano e Orçamento para 2012 assumem uma importância acrescida. Não são documentos para tempos de crescimento económico e bem-estar social. São, sim, documentos

de resistência, de minimização das dificuldades, pretendendo ser instrumentos realistas de luta às adversidades e à emergência.

São documentos que têm um desígnio muito claro: não deixar ninguém para trás.

Esta constatação obrigou à revisão de prioridades na governação, no sentido de incrementar o apoio às famílias e às empresas açorianas, aproveitando cada euro para a protecção social e para a alavancagem da economia.

O Plano para 2012 propõe-se a aproveitar de forma cuidada os fundos estruturais aos dispor dos Açores, seja em investimentos em equipamentos e infra-estruturas, seja no co-financiamento dos sistemas de apoio ao investimento privado.

Este Plano está, assim, construído num triângulo crucial para ultrapassar esta fase difícil em que vivemos, com o rigor, a competitividade e a solidariedade a assumirem-se como cada um dos seus vértices.

Não é tempo de assumir a política com reservas mentais e pruridos partidários. Nenhum açoriano compreenderá que qualquer um dos

partidos aqui representados não dê o melhor de si neste momento difícil.

Este é um Orçamento de excepção para momentos excepcionais.

Quem apoiar este Plano e este Orçamento não está a apoiar o Governo Regional dos Açores. Quem apoiar este Plano e este Orçamento está, sim, a apoiar as famílias e as empresas açorianas.

O apoio a estes documentos é um aval social aos açorianos que estão mais fragilizados e às empresas para que consigam manter postos de trabalho e a sua actividade neste período de maior turbulência.

Neste âmbito, o combate ao desemprego será o maior desafio governativo de 2012.

A evolução do desemprego nos Açores tem causas perfeitamente definidas. Resulta da crise da banca e do duríssimo plano de austeridade nacional.

O objectivo será o de concentrar todos esforços em diminuir e controlar a taxa de desemprego em 2012.

Aliás, tem sido mesmo o PS e o Governo Regional dos Açores a admitir, pelo menos desde Fevereiro de 2010, que os Açores teriam um agravamento sensível da taxa de desemprego.

O aumento do desemprego que está a ocorrer na construção civil e no pequeno comércio é resultado das medidas de austeridade nacionais, com efeitos recessivos no consumo e no rendimento disponível, e na diminuição muito relevante do investimento e pagamentos municipais.

Um exemplo significativo: o corte do subsídio de Natal que se verificou este mês está a retirar do comércio açoriano qualquer coisa como 20 milhões de euros. Muitas das lojas açorianas esperam pelo período do Natal para passarem dos prejuízos aos lucros, para conseguirem um balão de oxigénio com vista ao ano seguinte.

Esta medida de corte imposta pelo Governo da República revela-se de uma dureza brutal para as famílias.

Além disso, a economia regional está a sofrer as consequências da total paralisia em que se encontra a banca.

Realço o exemplo já referido ao longo do debate. Em 2007, os bancos injectaram na economia 620 milhões de euros líquidos. Já no primeiro semestre deste ano, apenas pouco mais de três anos depois, regista-se uma contribuição negativa em 67 milhões de euros para a economia açoriana.

É preciso reconhecer, ainda, que estamos a falar de um problema – o desemprego – de escala global e não exclusivamente dos Açores. Basta dizer que, entre as várias regiões ultraperiféricas europeias, os Açores são aquela com a taxa de desemprego mais baixa. Outras têm taxas a rondar os 30 por cento. E continuamos a ser uma das Regiões do país com a taxa de desemprego mais baixa.

Cada desempregado que consigamos retirar desta situação, através de medidas de apoio ou de criação de emprego, terá de ser visto como uma motivação extra e como uma batalha ganha numa guerra difícil e constante.

Mas é preciso que se veja o mercado de trabalho não apenas pelo lado do desemprego. O rigor obriga, também, que se veja pelo lado do emprego.

Nunca como agora os Açores tiveram tanta gente qualificada a trabalhar.

Em 1995, a população empregada não passava das 86 mil pessoas. Os dados mais recentes indicam que 107.500 açorianos trabalham actualmente, um crescimento muito significativo feito à custa, maioritariamente, do trabalho feminino.

Em 1995, a taxa de actividade não chegava aos 40 por cento. Hoje já está à volta dos 50 por cento. A população activa passou de 94 mil para quase 122 mil açorianos.

Ou seja, temos mais cerca de 21 mil açorianos a trabalhar do que tínhamos em 1995. A grande maioria em empresas privadas, gerando riqueza para as suas ilhas.

Tem sido uma verdadeira revolução silenciosa nos Açores que muda, por completo, a estrutura do emprego na nossa Região.

Em 1998, para cada dois funcionários públicos havia três açorianos a criar riqueza em empresas privadas. Actualmente, para os mesmos dois funcionários públicos, existem seis trabalhadores no sector privado.

Este Plano e Orçamento dá, por isso, grande importância à geração de emprego e à defesa dos postos de trabalho.

Esta área exige grande seriedade.

Não se pode abordar o problema do desemprego com superficialidade, como tem feito, por exemplo, o maior Partido da oposição nos Açores, o PSD.

Temos assistido incrédulos a um exercício da mais básica banalidade sobre esta matéria.

Quando se pergunta à Presidente do PSD Açores que soluções tem para o problema do desemprego, responde “é preciso mais emprego”.

Quando se pergunta que propostas tem para apoio as empresas, diz que “preciso mais trabalho para as empresas”.

Mas pior do que isto, quando se pergunta à Presidente do PSD/Açores quais são as suas propostas para combater o desemprego, diz que as tem, mas que as vai guardar para o programa eleitoral e para 2013.

É o mais profundo desrespeito para com os actuais desempregados dos Açores. Dizer-se muito preocupada e, ao mesmo tempo, esconder supostas propostas de quem não tem hoje emprego é o grau zero da política.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,
Srs. Presidente do Governo,
Sras. e Srs. Membros do Governo,

O PSD/Açores tem naturalmente especiais responsabilidades no nosso espectro político partidário.

Diz que está preparado para governar, mas a sua participação neste debate foi um deserto de ideias e de propostas concretas que ajudem, de facto, os Açores e os açorianos.

Foi notório que a única preocupação deste partido é a guerrilha ao Governo dos Açores e ao Partido Socialista.

Isso fica bem claro nas ditas propostas de alteração ao Plano e Orçamento que este partido apresentou e que temos a obrigação de denunciar.

Durante várias semanas, ouvimos vários dirigentes do PSD dizer que teriam propostas para reduzir as alegadas “gorduras”, os

alegados gastos excessivos da Região e que essa redução seria na ordem dos 20 milhões de euros.

Passaram semanas com este discurso a ver se a ideia pegava.

Mas lá diz a nossa gente: a mentira tem perna curta e, uma mentira dita muitas vezes, não passa a ser verdade.

Afinal, depois de tanto aparato mediático, este partido entregou no Parlamento propostas de alteração que visam reduções nessas despesas na ordem dos 2 milhões de euros.

Afinal, a montanha pariu um rato.

Ou seja, o PSD/Açores encarou a preparação e o debate do Plano e Orçamento como uma oportunidade para atacar o Governo. Pelo caminho, estragou umas das últimas oportunidades que ainda tinha para parecer sério e responsável.

Depois de ver as suas propostas ruir pela base, o PSD/Açores tem agora uma oportunidade de salvar a face.

O PS/Açores não se importará.

Se está, como diz, preocupado com as famílias e com as empresas, espera-se, agora, que apoie este Plano e Orçamento.

Decida, de uma vez por todas, se quer continuar, como tem estado, ao lado do Governo da República de Pedro Passos Coelho e Victor Gaspar ou se quer estar ao lado dos Açores e dos açorianos.

Nós não somos assim. Nós não podemos ser assim. As pessoas esperam muito do PS.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em articulação com o Governo, apresentou um conjunto de propostas para reforço de verbas em algumas áreas que nos parecem cruciais nesta fase.

Entregámos propostas ao nível do Turismo, Educação, Juventude, Pescas, Desporto, Solidariedade Social, Apoio à Infância, Reabilitação Urbana, Saúde, Gestão de Resíduos, Rede Viária e Transportes.

São 20 propostas de alteração ao Plano e 7 propostas de alteração ao Orçamento, num valor global de cerca de 14 Milhões de euros, que constituem uma mais-valia para os Açores, implementadas da melhor forma pelo Governo Regional.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sras. e srs. Membros do governo

Este é um tempo de grande responsabilidade.

A verdade é que uma oposição responsável não pode criticar o aumento de 10 por cento previsto para os complementos regionais de pensão e do abono de família, numa altura em que o país está a cortar de forma cega todos os apoios sociais.

Uma oposição responsável não pode, ainda, rejeitar um aumento de 3,5 por cento da remuneração complementar, quando os funcionários públicos portugueses acabaram de perder os subsídios de férias e Natal.

Uma oposição responsável não pode, também, ficar indiferente ao aumento para 11 milhões de euros do Fundo de Compensação Social, que servirá para responder a situações de emergência social em casos de pobreza ou desprotecção súbita, quando se perspectiva em Portugal situações de carência social brutais.

É justo referir que, apesar das irresponsabilidades a que muitas vezes assistimos, temos vários partidos neste parlamento que se esforçam, verdadeiramente, em contribuir de forma séria para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Sr. Presidente
Sras. e srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sras e Srs Membros do Governo

O Plano e Orçamento para 2012 têm um rumo bem definido.

Além do apoio às famílias e às empresas açorianas, concentra o seu esforço nos sectores económicos que representam um importante valor acrescentado para a economia regional nesta fase.

O Turismo, o Sector Primário - Agricultura e Pescas - e a transformação assumem especial relevância.

No Turismo, será fundamental reforçar a aposta na promoção da Região no exterior, continuando a afirmar as mais-valias do destino Açores em mercados consolidados e em novos mercados a explorar.

É crucial, também, reforçar a aposta nos sectores produtivos, que são a base da economia regional e onde assenta a criação de riqueza e de emprego.

Agricultura e Pescas assumem um papel de grande relevo, devido à sua importância económica, mas também social.

Trata-se de dois sectores que necessitam de continuar a evoluir em alguns aspectos, mas onde já existem todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Não há qualquer comparação com o passado. Temos de continuar este caminho para, de forma sustentada, elevar os rendimentos dos profissionais da pesca e da agricultura.

O sector primário assume, ainda, grande importância ao nível da transformação, área que contribui para a exportação de produtos açorianos, tanto ao nível dos produtos lácteos, como dos produtos da pesca.

Se é verdade que é necessário exportar mais, é também verdadeiro que muito caminho já foi feito, inclusivamente com produtos de alto valor acrescentado, como, por exemplo, as conservas de atum de Santa Catarina, reconhecidas por organizações ambientais e que entraram em mercados exigentes, como o mercado italiano.

Estas são áreas centrais que devem concentrar a nossa acção, no âmbito económico, na valorização dos nossos produtos, quer no

abastecimento do mercado local e nas trocas comerciais entre ilhas, quer na diminuição de importações e de aumento de exportações que podem potenciar.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Quando falamos no futuro, temos de falar numa das nossas maiores riquezas, um recurso de valor inquestionável, o Mar, o nosso mar.

Falar nos Açores é falar num recurso que deve ser central na nossa actuação política e governativa. Para mais quando se sabe que este será um recurso cada vez mais cobiçado devido às imensas riquezas que tem, tanto nas actividades tradicionais, como a Pesca, mas sobretudo em áreas de exploração emergentes.

São cerca de um milhão de quilómetros quadrados que constituem o nosso Mar com um conjunto de recursos, de riquezas, de mais-valias muito relevantes para as nossas dinâmicas económicas futuras.

Mas é muito mais do que isso. O Mar dos Açores assegura a verdadeira dimensão atlântica de Portugal e deve ser, por isso, olhado de forma diferente pelo país.

Sr. Presidente

Sras e srs. Deputados

Fazemos este debate num quadro nacional difícil mas onde começam a ser evidentes os grandes perigos que corre a Autonomia Regional.

A Autonomia Regional está em perigo. As conquistas de várias gerações de açorianas e açorianos estão a ser postas em causa.

Há hoje uma renovada perspectiva anti-autonomista que aumenta esses perigos quer ao nível financeiro, quer ao nível político.

Temos assistido a uma postura lamentável de desresponsabilização do Estado nas suas obrigações para com os açorianos.

Parece que há uma tentativa de afogar a Autonomia açoriana do ponto de vista financeiro, esperando que isso tenha reflexos no enfraquecimento político das Regiões e dos seus Órgãos de Governo Próprio.

O Governo da República arranja uma solução inconstitucional para o pagamento do IRS às Câmaras Municipais, passando por cima do que diz a lei; pretende deixar cair a RTP/Açores e quer que seja o Governo Regional a pagar; apropria-se indevidamente de impostos pagos na Região, desrespeitando a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, sem qualquer reserva.

O que virá a seguir? Os aeroportos e aeródromos da ANA na Região? A Universidade dos Açores? Os serviços de Justiça e de Finanças?

Nós não somos portugueses de segunda e o Estado tem de cumprir as suas obrigações com os portugueses residentes nas Regiões Autónomas da mesma forma que com os portugueses residentes em Portugal continental.

Este é um princípio do qual nunca abdicaremos.

E é importante referir que isto acontece muitas vezes com a conivência e com o silêncio comprometido do PSD Açores.

Não deixa de ser curioso o facto de bastar que mudasse o partido do Governo da República para mudar a postura do PSD na defesa dos interesses dos Açores, o que é bem demonstrativo da falta de

capacidade que este partido tem de influenciar os seus companheiros a nível nacional e de defender os interesses da Região.

Lamento profundamente dizê-lo, mas é muito claro que este PSD Açores troca os interesses da Região pelos seus interesses partidários.

Prejudica os Açores na esperança de fazer mozza ao Governo Regional e ao PS.

Este PSD Açores tem PSD a mais e Açores a menos.

Quanto a nós, cá estaremos, sempre, ao lado dos Açores e dos açorianos, como sempre, em defesa da nossa autonomia e dos nossos direitos. Seja contra quem for, seja contra quem nos quiser mal, seja contra quem não percebe as dificuldades de viver num arquipélago com nove ilhas como o nosso.

Srs. Presidente

Sras. e srs. Deputados.

Sr. Presidente do Governo

Sras. e srs. Membros do Governo

Todos os açorianos têm histórias diferentes, mas partilham os mesmos objectivos, os mesmos sonhos e as mesmas esperanças para si e para as suas famílias.

É, por isso, que esta Região é mais do que a soma das suas partes. É a soma dos contributos de pescadores, de agricultores, de funcionários públicos e trabalhadores privados, de estudantes, de jovens e de idosos, de emigrantes.

Todos foram incluídos na caminhada que começou a 09 de Novembro de 1996.

Chegamos tão longe não por causa do que fizemos, mas por quem fizemos.

Sabemos que não está tudo bem, que os tempos são difíceis. Não somos vendedores de ilusões. Temos um legado de política verdadeira e de grande lucidez e realismo que se exige na actividade política.

Há ainda muito para fazer, mas conseguimos fazer muito.

Melhoramos a saúde, construímos escolas, apostamos na formação, rasgamos novas estradas, inovamos nos transportes,

apoiamos os fragilizados, protegemos os mais fracos, garantimos a dignidade de uma habitação, recuperamos ilhas, vilas e freguesias arrasadas por catástrofes, confortamos sinistrados, protegemos o ambiente, aproximamos as ilhas, abrimos os Açores ao mundo.

Esta é uma caminhada que não está, porém, terminada e que, em 2012, enfrentará um percurso difícil de completar.

Num ano difícil como o que se perspectiva, não podemos abrandar por uma hora, por um minuto, por um segundo que seja.

Pedimos aos açorianos que acreditem nas suas próprias capacidades. São eles que mudam a sua rua, a sua cidade, a sua vila, a sua freguesia, a sua região. É por eles que aqui estamos.

Queremos continuar a contar com os açorianos como parceiros imprescindíveis e insubstituíveis desta caminhada de muito trabalho, de alguns reveses, mas de sentimento de dever cumprido, de alegrias e de objectivos alcançados.

O PS está pronto para aprender com todos. Com os socialistas e com os não socialistas. O PS quer aprender com o empresário de sucesso, mas também com o desempregado. O PS necessita de aprender com o pescador e com o agricultor. O PS tem urgência de

ouvir os conselhos dos idosos que trabalharam toda a vida e motivar-se com o jovem que quer entrar no mercado de trabalho.

O PS tem, em suma, a pressa própria de quem quer evoluir, fazendo a correcta sintonia entre a experiência, a capacidade e a influência, a inovação, o arrojo e a renovação.

Não é tempo de olhar para trás e de acreditar em soluções do passado, ultrapassadas e gastas que já nada acrescentam.

É tempo de olhar para a frente, com confiança.

Cá estamos, a dar a cara e a responder pelos nossos actos e pelas nossas acções.

Fazemo-lo em nome do Partido Socialista, um partido que lidera pelas convicções e pela vontade constante de continuar a modernizar a nossa terra.

Fazemo-lo em nome dos Açores, a melhor Região do mundo para se viver.

Fazemo-lo com a lucidez e a responsabilidade que os tempos exigem, mas com a ambição e o inconformismo que nos permitirão vencer os desafios do futuro.

Fazemo-lo reforçando o compromisso que fizemos com os açorianos em 1996, com uma nova geração de políticos e de políticas, prontos para levar os Açores em frente.

Fazemo-lo na firme convicção de que vamos continuar a merecer a confiança dos açorianos.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 30 de Novembro de 2011